# BNDES: Apresentação Instistucional

## Criação e vínculo histórico do BNDES com as políticas de desenvolvimento no Brasil[[1]](#footnote-1)

No marco dos trabalhos, em 1951, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foram criadas a condições para a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), através da promulgação da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952. O objetivo da nova autarquia federal era ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico.

Na **década de 1950** o BNDE encontrou um Brasil com 52 milhões de habitantes, essencialmente agrícola, com poucas indústrias. O café e o açúcar ainda sustentavam a economia, o que a tornava bastante vulnerável. Grande parte dos produtos consumidos no país ainda era importada.

Nos seus primeiros anos, o Fundo de Reaparelhamento Econômico foi a principal fonte de recursos do BNDE. Adicionalmente foi-lhe dado a responsável pela negociação dos empréstimos externos para o financiamento do **Plano de Reaparelhamento** **Econômico** e por executar as operações financeiras conexas. O objetivo do Banco era levantar a contrapartida em cruzeiros aos financiamentos estrangeiros para a realização dos projetos aprovados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Sem essa contrapartida, não haveria financiamentos externos. Essa foi a razão de ser da criação do BNDE e da formulação de toda a sua política.

Realizava também as análises econômicas e identificava os principais gargalos econômicos do País, assumindo assim um papel estruturante e de agente direto nos setores que exigiam investimentos de longo prazo. Os primeiros projetos apoiados pelo BNDE seguiram as diretrizes estabelecidas pela Comissão Mista Brasil- Estados Unidos, concentrando o seu foco em projetos de infraestrutura, em especial nos setores de transporte e energia.

A criação do **Plano de Metas** pelo Governo de Juscelino Kubitscheck foi o primeiro plano com a contribuição institucional do BNDE. Foi elaborado com base nos estudos do Grupo Misto BNDES-Cepal, tendo como objetivo dar continuidade e incrementar o processo de industrialização por meio da política de substituição de importações. Adicionalmente, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento para coordená-lo, ficando a sua secretaria executiva a cargo do BNDE e transformando o BNDE em uma escola de planejamento, e gerenciamento e financiamento de projetos. Entre 1956 e 1960, o Banco financiou projetos de usinas hidrelétricas, rodovias, linhas de transmissão e dos setores siderúrgico e de papel e celulose.

Os anos das **décadas de 1960 e 1970** permitiram que o BNDE passasse por seu primeiro teste de resiliência organizacional, com as mudanças impostas pelo término de um ciclo de desenvolvimento e a abertura de um novo ciclo, em meio a mudanças intensas tanto na esfera política como na esfera econômica.

Em 1962, o Governo Federal procurou retomar a prática de planejamento econômico, lançando o **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social**, elaborado por Celso Furtado, sendo que só foi possível elaborar este plano de forma tão expedita (4 meses) porque existia o BNDE. Compreendendo o período 1963-1965 o Plano tinha por objetivos: o combate à inflação, a renegociação da dívida externa e a criação de incentivos para o crescimento econômico. No plano, estavam também previstas as chamadas “reformas de base”, por incidirem principalmente em reformas fiscal, bancária, urbana, agrária e universitária. Até 1961, a maior parte dos investimentos do BNDES esteve concentrada na área de infraestrutura, no entanto a partir de 1962 a concentração passou a ser na indústria.

Novo Governo, novas orientações, entrava em vigor em novembro de 1964 o **Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg)**, que propunha uma ação coordenada do Governo no campo econômico, dividida em duas linhas: medidas conjunturais e reformas estruturais. Estas linhas estavam fundamentadas em cinco objetivos: (i) conter progressivamente o processo inflacionário; (ii) acelerar o desenvolvimento econômico; (iii) atenuar os desníveis setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais mediante a melhoria das condições de vida; (iv) aumentar a política de investimentos e, com isso, gerar empregos; e (v) corrigir a tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamento.

A parcela mais importante dos recursos financeiros administrados pelo BNDES correspondeu no período ao Fundo de Reaparelhamento Econômico, reforçado - a partir de 1965 - pelo Governo, que passou a destinar ao BNDES 20% da arrecadação do Imposto de Renda. Adicionalmente o Governo colocou sobre a administração do Banco uma série de outros fundos[[2]](#footnote-2), entre eles o Finame (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais)[[3]](#footnote-3). A relevância do Finame implicou na criação, junto ao Banco, de uma autarquia chamada de Agência Especial de Financiamento Industrial, incorporando o referido fundo. A nova agência, que manteve a sigla Finame, procurou desenvolver e consolidar o parque industrial brasileiro, dinamizando a política de substituição de importações.

Outro marco importante do período foi que, a partir de 1964, o Banco passava descentralizar suas operações, operando em parceria com uma rede de agentes financeiros credenciados espalhados por todo o Brasil.

Em 1968, o Ministério do Planejamento lançava **Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED)**, redefinindo a política econômica para o triênio 1968-1970. O programa previa o combate à inflação, a expansão das oportunidades de emprego e a aceleração do crescimento econômico a partir da ampliação da capacidade produtiva. Sobre este último objetivo o PED enfocava-se na expansão de setores considerados dinâmicos, como os de bens de capital e de bens intermediários, capazes de acelerar o crescimento econômico.

Neste marco foi ampliada a atuação do BNDE, mas dentro da mesma tendência de financiamento da indústria. Setores de petroquímica, siderurgia e metalurgia do alumínio, papel e celulose, indústrias mecânica e elétrica, agropecuária, comunicações, entre outros foram priorizados. As medidas adotadas surtiram resultados. O país começou a superar a crise e retomou o crescimento. Somente em 1968, a economia cresceu 9,3%, fortemente influenciado pelo desempenho da indústria, que se expandiu 15,5%.

A **década de 1970** começava em pleno ritmo do “Milagre Brasileiro”, com taxas de crescimento do PIB superiores a 10%., em meio a um ambiente político de exceções. Os históricos resultados econômicos guardava relação com o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), que cobriu o período de 1970-74. O Plano possuía uma meta ambiciosa: elevar o Brasil à categoria das nações desenvolvidas “no espaço de uma geração”. Deveria prover o país com a infraestrutura necessária para que alcançasse pleno desenvolvimento nas décadas seguintes. Energia, transportes e telecomunicações era a ênfase, no entanto incorporava metas para a educação, ciência, tecnologia, integração e, sobretudo, a ampliação do parque industrial, com destaque para siderúrgica e petroquímica.

A segunda metade da década foi marcada por uma virada no contexto internacional, tendo como marco inicial a crise do petróleo de 1973, quando os preços internacionais passaram de US$3 para US$12 o barril, e que no final da década se encaminhava para superar a barreiras do US$30/barril, o que era grave para um país que importava 85% do petróleo que consumia. Do ponto de vista econômico o Governo lançava o II PND, e lançava o País em um processo de desenvolvimento “em marcha forçada[[4]](#footnote-4)” em um cenário de crescente inflação. O II PND optou por uma estratégia de transformação estrutural, procurando manter o crescimento da economia dos últimos anos, através da complementação de forma mais eficaz a política de substituição de importações. Novos investimentos foram previstos para diversificar e consolidar o parque industrial nacional, tendo como foco as petroquímicas, siderúrgicas, mineradoras de cobre e indústria pesada. A ideia do Brasil como grande potência foi reforçada com novos projetos, como a Usina Nuclear de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro e a Hidrelétrica de Itaipu, no Paraná.

A década foi importante para o BNDE ao assumir o papel de principal instrumento de desenvolvimento do Governo, tendo um papel decisivo no processo de diversificação e consolidação do parque industrial brasileiro ao apoiar os setores de bens de capital e insumos básicos. Em 1971, deixou de ser uma autarquia e passou à categoria de empresa pública. Nesse mesmo período, foi constituído o Sistema BNDES, composto pela subsidiária FINAME e pelo recém-criado Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (Cebrae), que posteriormente teve seu nome alterado para Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). O Banco passou a contar com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), que foram criados quatro anos antes e estavam sob a gestão da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, respectivamente. A entrada desses recursos possibilitou um salto nas atividades do Banco. Foram criadas, nesse mesmo ano, subsidiárias diretamente ligadas ao Banco, visando incentivar o crescimento do parque industrial: Mecânica Brasileira S.A. (Embramec), Insumos Básicos S.A. (Fibase), Investimentos Brasileiros S.A. (Ibrasa). O BNDES buscou também incentivar o mercado de capitais, apoiando a capitalização das empresas nacionais. A FINAME, subsidiária do BNDES, também teve um importante papel neste período, em um país cuja pauta de importações Brasil era composta, aproximadamente, de 40% de equipamentos, 40% de petróleo e 20% do restante.

As décadas de 1980 e 1990 marcaram o fim de um ciclo ascendente da economia brasileira e a redemocratização do País. O Brasil abriria um processo de confrontação direta com três problemas que até hoje assombram os formuladores de políticas econômicas, altos níveis de endividamento externo, taxas elevadas de inflação e a estagnação econômica, elevando consigo as taxas de desemprego na economia e os problemas sociais então mais visíveis em um país cada dia mais urbanizado. Com problemas desta natureza as políticas de fomento ao setor produtivo perdia espaço para um processo de tentativa e erros de programas de estabilização monetária, que solapavam a seu reboque o setor produtivo nacional, com reflexos importantes na degeneração econômica e social da população.

Com a Rio 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992), o sucesso da estabilização monetária produzida pelo Plano Real (1993-1997), as crises cambiais e financeiras internacionais (iniciada no México em 1994 extendendo-se até a da Argentina em 2001-02), o Brasil se dava conta que fazia parte de um complexo sistema internacional de economias e sociedades, e que suas oportunidades e problemas iam para além de suas fronteiras e suas praias. Inaugurava-se um novo momento em que o Brasil teria que reencontrar se caminho de desenvolvimento nesta nova economia, mais integrada, mais informatizada e onde as distâncias se encurtavam. A boa noticia era que o país voltava a crescer.

Dentro de este ambiente, o BNDE se viu frente ao segundo desafio de macro ajustamento em sua história, o que trouxe novidades que mudaram a rotina e a estrutura do então BNDE. A primeira delas, em 1982, foi o acréscimo do “S” do social a suas atividades passando para a sua designação atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com a nova responsabilidade de gerir o Fundo de Investimento Social (Finsocial). Neste mesmo, o Sistema BNDES foi reestruturado e foi criado o BNDES Participações (BNDESPAR), originada do processo de fusão das subsidiárias Fibase, Ibrasa e Embramec. Para contornar as fortes oscilações na economia brasileira, durante toda a década de 1980 e 1990, o BNDES redirecionou suas ações de modo a (i) preservar o parque industrial nacional consolidado nos anos anteriores – apoiando as empresas endividadas; (ii) e reforçar as exportações. Isto terminou por reforçar sua atuação multissetorial, no entanto trouxe se foco de longo para o curto prazo.

Outro marco importante foi a criação da Área de Crédito do BNDES (1989), para a realização de estudos de classificação de risco. A nova área modificou a forma de o Banco formular as suas análises de projeto. Desse momento em diante, os estudos passaram a avaliar as possibilidades de risco contidas nos projetos a serem apoiados e as chances de recuperação do crédito. Além disso, o foco da análise foi ampliado, passando a incluir ainda o histórico do cliente. Essa nova metodologia foi extremamente importante para o Banco, não somente por preservar os investimentos, como também conservar os empreendimentos e seus desdobramentos, como a geração de emprego, tributos e desenvolvimento local.

Com um o novo fundo, Fundo de Amparo aos Trabalhadores – FAT a partir de 1989, e como resultado das privatizações do Plano Nacional de Privatizações (PND), o BNDES começava a recuperar na década de 1990 a sua capacidade econômico financeira e voltava a exercer o papel de agente de desenvolvimento. Também importante, foi a capacidade das equipes de planejamento do BNDES foi fundamental para alongar os horizontes do Banco e trabalhar em cenários futuros de retomada.

Com a entrada dos anos 2000, a retomada aconteceu, e o BNDES estava preparado par acompanhar e apoiar este processo, ampliando seus desembolsos e ampliando sua atuação para permitir a atualização tecnológica e a inserção internacional das empresas Brasileiras, dentro de uma abordagem de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente, e onde a inclusão social.

Para o BNDES o período começou com um processo de planejamento estratégico, estabelecendo-se o Plano BNDES 2000-2005. O Banco identificou sete prioridades: (i) a continuidade do apoio aos setores industriais, buscando competitividade e a modernização da indústria nacional; (ii) continuar financiando o investimento na infraestrutura: construção de estradas, portos, linhas de transmissão, estradas de ferro, vias navegáveis etc; (iii) apoio às exportações; (iv) diversificação regional e desconcentração do desenvolvimento; (v) apoio à micro, pequena e média empresa pela sua capacidade de criação de emprego, de “alavancar” recursos e aumentar a eficiência da produção brasileira; (vi) área Social; e (vii) reenfatizar o compromisso do Banco com a privatização.

Em 2002 era lançado um instrumento que ajudaria ao BNDES a ocupando uma lacuna no atendimento das demandas de crédito de micro, pequenas e médias empresas para realizar investimentos, o Cartão BNDES. Dez anos depois já eram mais de 550 mil cartões emitidos para empresas de várias áreas de atuação e localizadas em 96% dos municípios brasileiros, contando com 46 mil fornecedores credenciados, que disponibilizam mais de 207 mil itens para venda, realizadas 1,7 milhão de operações, somando desembolsos da ordem de 25 bilhões de reais. Ainda voltado para as MPMEs, o Banco criou o Programa de Participação em Fundos de Capital de Risco, destinado à capitalização dessas empresas em 2005.

Na área de sustentabilidade, o BNDES reforçou o seu suporte à infraestrutura, criando em 2005, o Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), para apoiar projetos de geração de energia por meio de fontes alternativas e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Também entre 2008 e 2010, o BNDES ficou com a responsabilidade de administrar dois importantes instrumentos da política nacional relacionada ao meio ambiente, o Fundo Amazônia e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima).

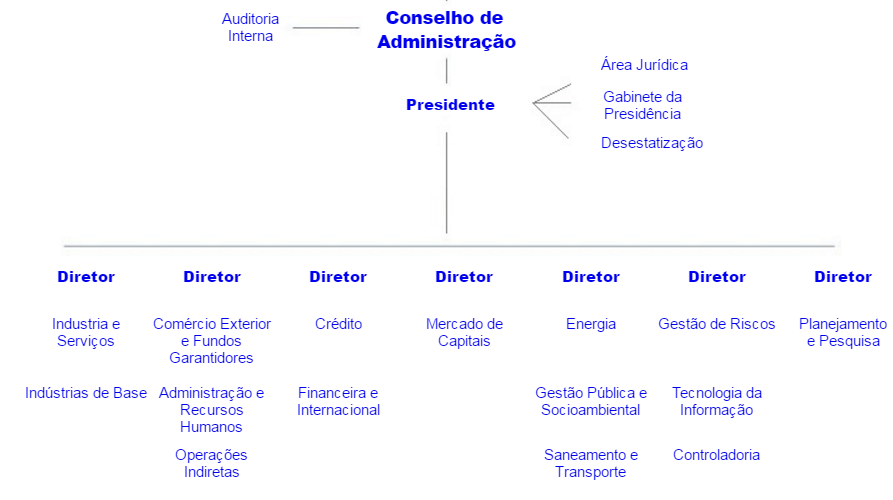
Com a crise financeira internacional de 2008, que mostrou seus reflexos de maior impacto para o Brasil a partir de 2014, conjugada com o ciclo político que terminou levando a uma crise política cujo final ainda é imprevisível terminou por levar o País a sua primeira grande crise do presente século. O BNDES manifestou-se estar presente seja pela sua expansão de sua capacidade de acompanhar uma politica púbica que o colocou como eixo central das políticas de desenvolvimento , tendo atingido seu recorde histórico de desembolsos no ano de 2013 com R$ 190,4 bilhões, e tendo executado o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) . Como também foi capaz de reajustar-se ao ser chamado no decorrer do ano de 2016 a devolver US$ 100 dos R$ 516 bilhões recebidos do tesouro nacional. Sem falar no processo de planejamento por cenários que o Banco fez entre os anos de 2014-15, tendo como horizonte o ano de 2030[[5]](#footnote-5). Mantendo a tradição de planejamento da instituição, o BNDES está sempre no presente com suas operações, respondendo aos requerimentos atuais do desenvolvimento Brasileiro, mas com seu corpo técnico e de planejamento preparando sua atuação para as diferentes alternativas que podem apresentar-se para o Brasil nos próximos anos.

## Organização e Estrutura do BNDES

O BNDES[[6]](#footnote-6) é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, e não um banco comercial, e que justifica que sua concessão do apoio tenha como foco o impacto socioambiental e econômico no Brasil.

O BNDES está organizado de acordo de acordo a um estatuto, seu organograma está sintetizado na figura 1 a seguir:

**FIGURA 1. Organograma sintético do BNDES**



O [estatuto do BNDES](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/Empresas_Sistema_BNDES/Legislacao/estatuto_bndes.html) foi promulgado pelo Decreto n. 4.418 de 11 de outubro de 2002, e está sob supervisão do Ministério Planejamento, Desenvolvimento e Gestão[[7]](#footnote-7) e é governado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

1. **Conselho de Administração**

De acordo com o artigo 11 do Estatuto do BNDES o conselho de administração é “o órgão de orientação superior do BNDES é o Conselho de Administração, composto por dez membros, entre eles o Presidente do Conselho, sendo quatro indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SIC), do Trabalho e Emprego, da Fazenda e das Relações Exteriores, e os demais pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; (...) um representante dos empregados do BNDES, (...); (e) o Presidente do BNDES, que exercerá a Vice-Presidência do Conselho.

Os membros mencionados são nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, com mandato de três anos, contados da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

1. **Diretoria.**

A administração do BNDES compete à Diretoria, conforme estabelecido em seus Estatutos. Ela é composta pelo Presidente, Vice-Presidente e por sete Diretores, todos nomeados pelo Presidente da República e demissíveis *ad nutum*.

A nomeação do Presidente e do Vice-Presidente será feita por prazo indeterminado e a dos Diretores obedecerá ao regime de mandato com duração de três anos, admitida a recondução por igual período.

As sete diretorias têm sob sua subordinação as Superintendências ou Áreas Operacionais do BNDES, cada uma delas lideradas por um Superintendente. A configuração da Diretoria e Áreas Subordinadas, vigente em agosto de 2016, é a seguinte:

1. Diretoria das áreas de Indústria e Serviços (AI); e de Indústrias de Base (AIB),
2. Diretoria das áreas de Crédito (AC); e Financeira e Internacional (AF),
3. Diretoria da área de Mercado de Capitais (AMC).
4. Diretoria das áreas de Energia (AE); de Gestão Pública e Socioambiental (AGS); e de Saneamento e Transporte (AST).
5. Diretoria das áreas de Controladoria (ACO); de Gestão de Riscos (AGR); e de Tecnologia da Informação (ATI).
6. Diretoria das áreas de Administração e Recursos Humanos (AARH); Comércio Exterior e Fundos Garantidores (AEX); e de Operações Indiretas (AOI).
7. Diretoria da Área de Planejamento e Pesquisa (APP).

Em termos de supervisão e fiscalização interna o BNDES conta com dois órgãos vinculados diretamente ao Conselho de Administração, são eles o Conselho Fiscal; o Comitê de Auditoria e a Auditoria Interna cujas funções e responsabilidades estão detalhadas nos pontos a seguir[[8]](#footnote-8).

1. **Conselho de Fiscal**

O Conselho Fiscal do BNDES é “composto de três membros e três suplentes, todos com mandato de dois anos, admitida a recondução por igual período, sendo dois membros efetivos e respectivos suplentes indicados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SIC) e um membro efetivo e respectivo suplente indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, nomeados pelo Presidente da República, em qualquer dos casos”.

O Conselho Fiscal tem por atribuição “examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES, e exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações”.

1. **Comitê de Auditoria**

O Comitê de Auditoria é “composto por até seis membros, designados pelo Conselho de Administração”, seguindo as “as regras adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, concernentes às condições para o exercício do respectivo mandato”.

O Comitê de Auditoria reportar-se ao Conselho de Administração e é o único para o BNDES, a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que constituem o Sistema BNDES.

As atribuições do Comitê de Auditoria estendem-se por uma série de atividades que vão desde a aprovação e supervisão da auditoria externa, até a proposta de políticas, normas e sistemas de controles internos, garantindo e supervisionando a qualidade e fidedignidade dos dados financeiros e das operações do BNDES.

1. **Auditoria Interna**

A unidade de [Auditoria Interna](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/Governanca_Controle/Fiscalizacao_Controle/auditoria_interna.html) (AT) do BNDES está vinculada diretamente ao Conselho de Administração e visa contribuir para o aperfeiçoamento dos processos, gestão de riscos e controles internos, tendo por principais objetivos:

* Avaliar a eficiência, eficácia e aderência às regulamentações internas e externas dos processos corporativos e de tecnologia da informação; e
* Realizar a interlocução do Sistema BNDES com os órgãos externos de controle e supervisão (Tribunal de Contas da União - TCU, Controladoria-Geral da União - CGU e Banco Central do Brasil - Bacen).

## Acesso a Informação e Transparência

A [**Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011**](http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao) estabelece que órgãos e entidades públicas devem divulgar, independentemente de solicitação, informações de interesse geral ou coletivo, exceto aquelas que tenham confidencialidade prevista no texto legal.

Em cumprimento à Lei, o BNDES disponibiliza, em seu portal, seções específicas com informações classificadas como de Transparência Ativa. Esse tipo de informação é apresentado proativamente e tem natureza diferente das informações que dependem de solicitação por parte da sociedade e que, portanto, são categorizadas como de Transparência Passiva.

Abaiso estão listados os diferentes canais de atendimento para dar vasão as diferentes necessidades da sociedade civil:

1. Informações de interesse geral e coletivo sobre o BNDES, podem ser acessadas a pedido no [e-SIC](http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/) - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão;
2. Informações sobre os produtos financeiros do BNDES ou sobre pedidos de financiamento em aberto (dúvidas operacionais), mensagens pode ser encaminhadas ao Serviço [Fale Conosco](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Fale_Conosco/index.html); ou
3. Sugestões, denúncias ou reclamações, mensagens pode ser encaminhadas à [Ouvidoria](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Ouvidoria/index.html).

Adicionalmente na área de [Acesso à Informação](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/acesso_a_informacao/) do Portal do BNDES, pode-se obter informações sobre as atividades do BNDES e saber sobre os direitos do cidadão regulamentados pela Lei de Acesso à Informação.

Adicionalemente, o BNDES também criou em sua página uma seção denominada [BNDES Transparente](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/). Nessa seção, estão disponíveis informações e consulta a números sobre a atuação do BNDES.

**Estando disponíveis as seguintes seções:**

* [Dados sobre financiamentos no Brasil, com taxas, prazos e garantias](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/index.html)
* [Detalhes sobre financiamentos à exportação e obras no exterior](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/index.html)
* [Estatísticas de desembolsos](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/index.html)
* Efetividade
* Contratos administrativos
* Ética, fiscalização e controle
* Governança corporativa
* Outros assuntos

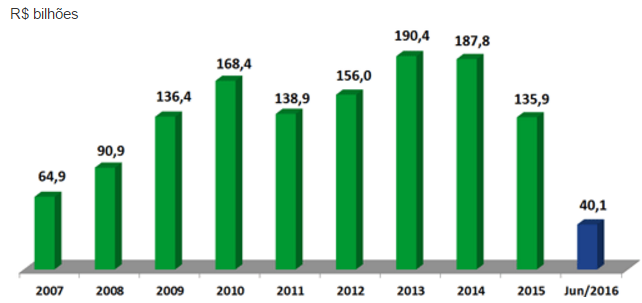
## Desempenho Operacional Recente[[9]](#footnote-9)

Depois de mais de uma década de forte crescimento nos níveis de desembolso, que praticamente triplicaram entre 2006 e 2012. Os anos de 2014, 2015 e 2016 devem sinalizar para um período de 3 anos sucessivos com redução nos desembolsos do BNDES.

Nos seis primeiros meses de 2016 os desembolsos do BNDES acumularam R$40,1 bilhões. A maior parte dos recursos foi para projetos do setor de Infraestrutura, que receberam R$ 12,9 bilhões, ou 32,3% do total desembolsado. Em seguida, vieram os setores da Indústria, com R$11,8 bilhões (participação de 29,5%), Comércio e Serviços (R$8,7 bilhões) e Agropecuária (R$6,6 bilhões).

O valor desembolsado é 42% menor na comparação com igual período do ano passado, e devem alcançar neste ano níveis operacionais aproximados àqueles observados nos anos de 2007 e 2008, conforme apresentado no Gráfico 1.

**Gráfico 1. Evolução dos Desembolsos BNDES (2007-2016p)**



**FONTE: BNDES, Séries históricas.**

As consultas e as aprovações (etapas da análise de um financiamento no BNDES, antes dos desembolsos) passam por uma fase de acomodação, sugerindo possível recuperação no nível de atividade da economia nos próximos meses, e uma potencial retomada do crescimento dos desembolsos.

De janeiro a junho de 2016, as consultas por novos financiamentos, no total de R$56,4 bilhões, tiveram recuo de um por cento na comparação com igual período de 2015, em termos nominais, indicando desaceleração no ritmo de queda. Já as aprovações, que vinham apresentando declínios sucessivos, reagiram e registraram aumento de um por cento no acumulado do primeiro semestre do ano, atingindo R$ 43,9 bilhões, também a preços correntes. As consultas e aprovações são estágios que apontam o comportamento futuro dos desembolsos do BNDES.

A tendência desses indicadores se tornará mais nítida nos próximos meses de 2016, quando já estarão refletindo as novas políticas operacionais (POs) do BNDES, atualmente em fase de revisão. Conforme já sinalizado pela nova Diretoria do Banco — e a exemplo do que já foi anunciado para o setor de transmissão de energia elétrica —, as POs abrirão maior espaço para a complementação de financiamentos com mecanismos de mercado.

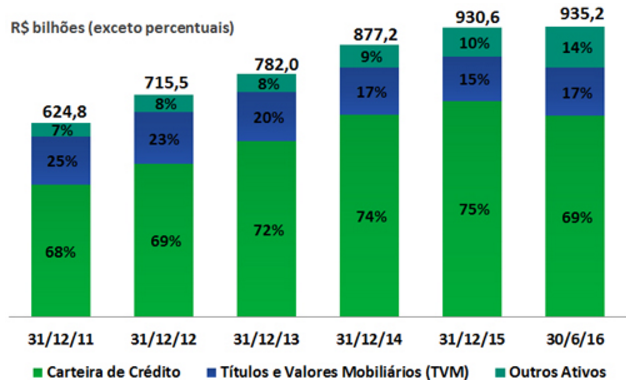
A seguir são analisados o desempenho do BNDES para os segmentos mais relevantes:

* Indústria – A Indústria foi a maior responsável pela dinâmica do comportamento das consultas e das aprovações no primeiro semestre de 2016. No setor industrial, as consultas cresceram 35% no período, acumulando R$ 20 bilhões. O destaque foi material de transporte, com R$ 12,9 bilhões e alta de 92,4% na comparação semestral. Os segmentos de metalurgia e mecânica também tiveram resultados positivos. Da mesma forma, as aprovações na Indústria tiveram expansão de 33%, alcançando R$ 16,8 bilhões no período. Também nas aprovações, a liderança coube a material de transporte, com R$ 8,9 bilhões em novos projetos, seguido por celulose e papel (R$ 2,5 bilhões).
* Infraestrutura – Por sua vez, as consultas no setor de Infraestrutura ainda registraram queda, de 22%, acumulando R$19,3 bilhões no primeiro semestre do ano. As aprovações, porém, inverteram sinais: tiveram aumento de um por cento, com R$13 bilhões em janeiro/junho último. Os destaques neste caso foram as aprovações nos segmentos de construção e atividade auxiliar de transporte. Na construção, onde estão classificados alguns dos projetos de mobilidade urbana, as aprovações cresceram 512%, acumulando R$1 bilhão em janeiro/junho passado. Na atividade auxiliar de transporte, categoria que reúne projetos de concessão na área de logística, foram aprovados R$3,9 bilhões (alta de 98%). Também as aprovações de novos projetos de energia elétrica, por um total de R$4,2 bilhões (crescimento de 21%), deram importante contribuição ao setor de Infraestrutura nos primeiros seis meses deste ano. A posição do BNDES de principal agente financiador dos investimentos no campo se refletiu ainda no desempenho das aprovações do setor da agropecuária. Estas atingiram R$7,5 bilhões em janeiro/junho passado, com crescimento de 3%.
* MPMEs – No primeiro semestre do ano, os desembolsos do BNDES às micro, pequenas e médias empresas acumularam R$13,8 bilhões. Isso significa que as empresas de menor porte responderam por 34,4% dos desembolsos totais do Banco no período. No período, foram realizadas cerca de 312 mil operações com MPMEs (96% do total de operações efetuadas pelo Banco). O Cartão BNDES — instrumento de crédito destinado especificamente às empresas de menor porte —, com liberações de R$3,3 bilhões, envolvendo 243 mil operações, contribuiu para o resultado.

## Desempenho Financeiro Recente[[10]](#footnote-10)

A redução da demanda por crédito e a decorrente redução dos desembolsos, impactaram nosso no desempenho financeiro do BNDES. Do ponto de visto dos ativos, este desempenho refletiu no encolhimento da carteira de crédito, conforme apresentado no Gráfico 2 a seguir. Porém, ficam em evidência dois importantes pontos, o patrimônio total do BNDES continua crescendo e mesmo reduzindo a participação da carteira de crédito no ativo total permanece alta, comparativamente com a média do sistema financeiro nacional (41,3% em dez 2014[[11]](#footnote-11)).

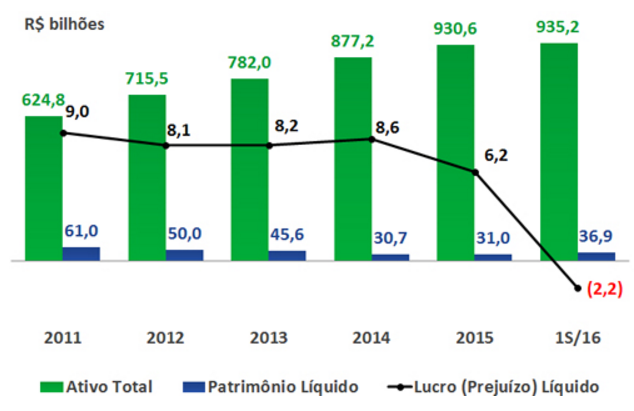
**Gráfico 2. Evolução dos Ativos do BNDES (2011-2016)**



**FONTE: BNDES, Séries históricas.**

No entanto a situação operacional, reflexo da redução da atividade econômica no país, impactou negativamente nos resultados do Banco. Conforme apresentado no Gráfico 3.

**Gráfico 3. Evolução do Lucro (Prejuízo) do BNDES (2011-2016p)**



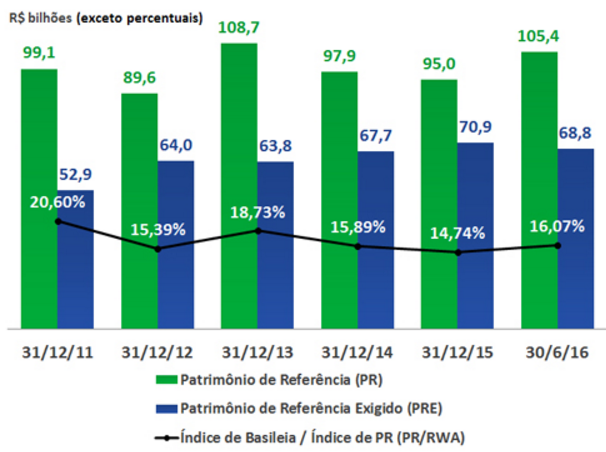
**FONTE: BNDES, Séries históricas.**

Entretanto é importante ressalvar que o prejuízo observado no primeiro semestre de 2016, se deveu basicamente ao aumento das provisões de perdas com investimentos de R$5.150 milhões e provisão para risco de crédito de R$4.438 milhões, registradas no primeiro de semestre de 2016. Entretanto a inadimplência da carteira permanece relativamente baixa , apesar do rápido crescimento nos últimos 6 meses, 0,06% em dezembro de 2015 para 1,38% em junho de 2016[[12]](#footnote-12).

De uma forma geral, a solidez financeira não foi afetada, conforme pode ser verificado nos indicadores de Basileia apresentados pelo BNDES no Gráfico 4.

**Gráfico 4. Evolução indicadores de Basiléia do BNDES**

**(2011-2016)**



**FONTE: BNDES, Séries históricas.**

1. Utilizou-se como base as publicações LIMA, M.A. O Desenvolvimento Inacabado do Brasil. BNDES: Rio de Janeiro, 2009; BNDES. BNDES: um banco de história e do futuro. BNDES: Rio de Janeiro, 2012, e no site: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/Historia/>. [↑](#footnote-ref-1)
2. Funar(Fundo Agroindustrial de Reconversão), Funtec (Fundo de Desenvolvimento Tecnológico e Científico), o Fundepro (Fundo de Desenvolvimento da Produtividade) e o Fungiro (Fundo Especial para Financiamento de Capital de Giro). [↑](#footnote-ref-2)
3. Junto com o Finame o BNDE abriu outra linha de financiamento à pequena e média empresa (Fipeme) com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID , que posteriormente também recebeu recursos do Banco Kreditanstalt für Wiederraufbau − KfW, banco de desenvolvimento do governo alemão. [↑](#footnote-ref-3)
4. Termo que se tornou sinônimo do processo de desenvolvimento no período em função do livro lançado pelos economistas Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza “A Economia Brasileira em Marcha Forçada” (Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985). [↑](#footnote-ref-4)
5. CASTRO, L.B. & SOUZA, F.E. Cenários mundo-Brasil 2030: insumos para o planejamento estratégico do BNDES. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, n. 44, p. [399]-457, dez. 2015. [↑](#footnote-ref-5)
6. O Sistema BNDES na verdade é constituído por três instituições, o BNDES, O BNDESPAR e a FINAME, para efeitos da analise organizacional enfocaremos no somente no BNDES. [↑](#footnote-ref-6)
7. Desde maio de 2016, Medida Provisória n.726 de 12 de maio de 2016. [↑](#footnote-ref-7)
8. Conforme Capítulos VI e VI-A do Estatuto do BNDES. [↑](#footnote-ref-8)
9. Adaptado a partir das informações obtidas em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/Desempenho/index.html> [↑](#footnote-ref-9)
10. Adaptado a partir das informações obtidas em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Informacoes_Financeiras/series_historicas.html> [↑](#footnote-ref-10)
11. Ver <http://www4.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top50P.asp>. [↑](#footnote-ref-11)
12. Conforme [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\_pt/Galerias/Arquivos/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Inf_Contabil_Externo_0616.pdf). [↑](#footnote-ref-12)